

# Brasil não sabe a causa de 17 mil mortes violentas do ano de 2019

Esse tipo de óbito dispara e sugere subnotificação de homicídios no país, segundo mostra o Atlas da Violência

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO O Brasil não sabe a causa de 17 mil de suas mortes violentas em 2019. Elas podem ter sido provocadas por agressões, assassinatos, acidentes ou suicídios, mas entram nas estatísticas como indefinidas e provavelmente puxam os registros de homicídios para baixo. A conclusão é do Atlas da Violência 2021, que foi lançado nesta terça (31). O estudo calculou que os óbitos classificados como “morte violenta por causa indeterminada” (MVCI) sofreram um salto de 12.310 para 16.648 entre os anos de 2018 e 2019, um aumento de 35%.

O crescimento vai na contramão dos homicídios, que caíram 21% no mesmo período, de 57.956 para 45.503 —esse é o menor número de assassinatos no Brasil desde 1995, início da série histórica, mas o problema nas notificações indica que ele está subestimado.

A pesquisa anual reúne dados do Ministério da Saúde, principalmente do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Foi feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo.

Segundo o levantamento, a qualidade dessas informações vinha melhorando há mais de 15 anos, mas sofreu uma piora significativa em 2018 e 2019. Com isso, a parcela de óbitos sem definição sobre o total de mortes por causas externas dobrou de 6% para 12% em dois anos, pior patamar desde 1979.

“Nos países desenvolvidos isso é feito com muito cuidado e a porcentagem é inferior a 1%. Primeiro por respeito às famílias, que têm o direito de saber como a pessoa morreu, e segundo porque é fundamental para fazer um diagnóstico e evitar novas mortes. O nosso termômetro está quebrado”, afirma Daniel Cerqueira, diretor do IJSN e um dos coordenadores do estudo.

A piora aconteceu, diz ele, pela falta de revisão adequada dos estados e, principalmente, do governo federal. Todo ano, um trabalho intenso é feito junto às unidades da federação para qualificar os dados, tentando saber junto às polícias e famílias quais as circunstâncias das mortes.

“Os números de 2019 geralmente seriam divulgados em maio de 2021, mas foram divulgados em janeiro, com muita antecipação e sem os devidos critérios. Ainda mais num ano de pandemia, em que o sistema de saúde ficou totalmente voltado para a Covid, se esperaria um atraso”, afirma Cerqueira. Questionado, o Ministério da Saúde não respondeu.

Nun outro estudo, ele estimou que aproximadamente 74% das mortes por causas indeterminadas registradas no Brasil entre 1996 e 2010 eram, na verdade, homicídios ocultos. Das quase 17 mil notificadas em 2019, por exemplo, 1.991 foram provocadas por armas de fogo.

Apesar do problema nos números, a tendência de queda dos assassinatos naquele

ano foi confirmada por outras pesquisas, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que reúne ocorrências policiais. O último Anuário já apontou, porém, um aumento em 2020.

A diminuição das mortes violentas no Brasil a longo prazo é creditada por pesquisadores ao envelhecimento populacional (uma vez que a maioria das vítimas é jovem), a uma série de políticas públicas de segurança em alguns estados e ao Estatuto do Desarmamento, a partir de 2003.

A curto prazo, envolve também uma espécie de armistício entre facções criminosas que travaram uma guerra pelo tráfico internacional de drogas em 2016 e 2017, causando na época uma explosão de homicídios no Norte e Nordeste, seguida de uma queda acentuada.

Agora, o Atlas faz um alerta para a alta recente dos óbitos. Entre as causas, cita o recrudescimento da violência no campo, o aumento das mortes por policiais sem mecanismos de controle efetivos e a ampliação do acesso a armas de fogo pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

“Na segurança existe um embate parecido com o da pandemia, entre negacionismo e ciência. Na academia internacional e nacional há um consenso: mais armas, mais crimes. Mas isso tem sido desprezado por uma política irresponsável que vai trazer mais tragédias por décadas, porque essas novas armas vão durar 20, 30 anos.”

A pesquisa mostra que a redução da violência letal na última década se concentrou mais entre a população não negra do que entre a negra. No primeiro grupo, a taxa por 100 mil habitantes caiu 30% entre 2009 e 2019, já no segundo a diminuição foi de apenas 15%. Com isso, negros são 76% das vítimas e têm 2,6 mais chances de serem mortos.

Outro dado que indica que a desigualdade racial aumentou é que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres pretas ou pardas era 49% maior que a de mulheres brancas, indígenas ou amarelas. Onze anos depois, passou a ser 66% superior.

O Atlas traz dados sobre violências contra a população LGBTQIA+, mais uma vez chamando a atenção para a falta de informações nessa frente. As denúncias ao Disque 100, serviço do governo federal, sofreram uma redução brusca no último ano da análise.

Desde 2015 o número de ligações se mantinha entre 1.600 e 2.000 anuais. Em 2019, caiu à metade, para 833. Por outro lado, os números do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) não indicaram uma queda desse tipo de notificação na prática, no sistema de saúde.

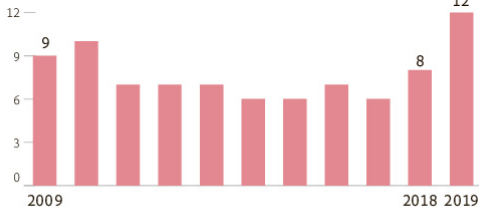
“Os motivos para que as pessoas não recorram ao serviço para fazer denúncias podem ser inúmeros, desde a falta de confiança no equipamento gerido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, até a falta de prioridade política e financeira dada ao tema pelo órgão, ou a eventual redução da divulgação do canal”, especula o relatório.

## Atlas da Violência

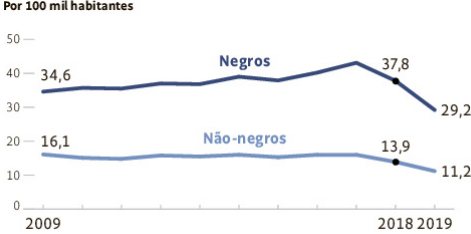
Homicídios caíram em 2019, mas mortes indeterminadas cresceram



Disparou a % de mortes indeterminadas em relação ao total de mortes por causas externas

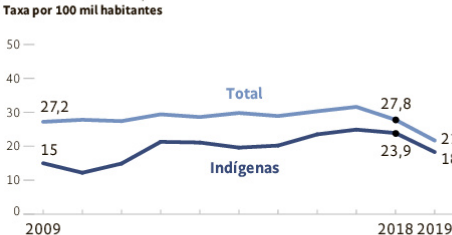


Taxa de homicídios entre negros caiu menos do que entre não negros na última década



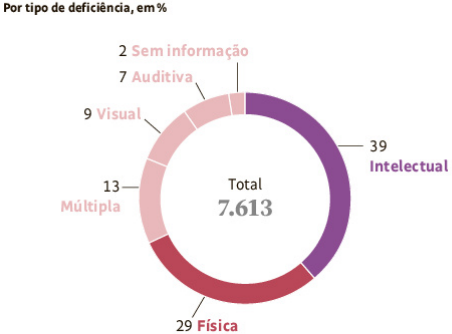
De 2009 para 2019, em %

Assassinatos de indígenas cresceram em uma década, na contramão do país

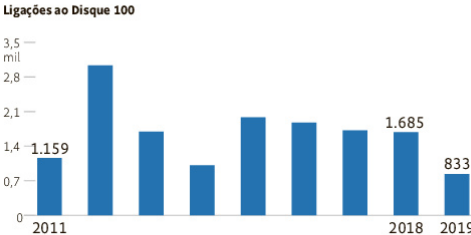


De 2009 para 2019, em %

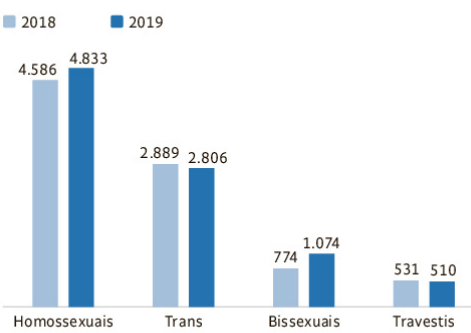
Pessoas com deficiência sofreram quase uma violência por hora em 2019



Denúncias de violências a pessoas LGBTQI+ caíram à metade em 2019



Registros de saúde, porém, não indicam diminuição dos casos na prática



Fonte: Atlas da Violência 2021 (Ipea, FBSP e IJSN, com dados do Ministério da Saúde)

# Taxa de assassinatos de indígenas subiu 22% em uma década no país

RIO DE JANEIRO A taxa de assassinatos de indígenas aumentou 22% entre 2009 e 2019, na contramão dos homicídios em geral no país, que caíram 20% no mesmo período, indicam dados analisados pela primeira vez pelo Atlas da Violência, lançado nesta terça (31).

Nesse grupo específico, os óbitos cresceram de 15 para 18,3 por 100 mil habitantes ao longo da década. Já o índice brasileiro encolheu de 27,2 para 21,7. Ambos os números tiveram uma redução em relação a 2017 e 2018.

O relatório foi feito com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo.

“Esses dados são a ponta do iceberg do que o território indígena enfrenta, estamos usando um cuidado. Eles são bons porque revelam a violência letal, mas também a necessidade de discussão sobre a qualidade desses dados”, diz o pesquisador Frederico Barbosa, do Ipea.

Considerando os números absolutos, foram registrados 136 assassinatos de indígenas em 2009, início da série histórica. O número então oscilou com tendência de alta nos anos seguintes, até atingir um pico de 247 em 2017, e depois recuou para 186 em 2019.

Os estados com os maiores índices são Rio Grande do Norte (68,8 mortes por 100 mil habitantes), Roraima (57), Mato Grosso do Sul (44,8) e Amapá (30,1). No caso dos três primeiros, o número inclusive ultrapassa as taxas de homicídios em geral desses locais.

Segundo Barbosa, “é muito provável” que uma parte significativa dessas mortes esteja ligada a conflitos territoriais, atividades agrícolas, extração de madeira e a apropriação de outras atividades econômicas dos territórios indígenas, mas não é possível detalhar o que aconteceu em cada caso.

Os números são divulgados num momento em que

o STF (Supremo Tribunal Federal) debate a demarcação de terras indígenas no país, julgamento que será retomado nesta quarta (1º). A corte deve analisar a tese do marco temporal, que também está em discussão no Legislativo.

O Atlas publicado nesta terça ressalta que “a violência física não dá conta de toda a violência étnico-racial e simbólica sofrida por essa população desde o nascimento do Brasil” e cita “casos de abusos de poder, formas sistemáticas ou não de assédio, criminalização de lideranças e movimentos sociais indígenas, ameaças, violências sexuais etc.”

Neste mês, por exemplo, a Repórter Brasil revelou que militares teriam criado um “canto dos maus-tratos” para indígenas venezuelanos alcoolizados no abrigo Pinto-lândia da Operação Acolhida, em Boa Vista (RR). A Casa Civil diz que não tem conhecimento de nenhuma agressão dentro do alojamento.

Um dos casos relatados a integrantes do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União em inspeção surpresa feita no abrigo em 9 de agosto foi a agressão a uma mulher que ficou com braços, coxa e costas marcados por hematomas.

O Atlas lembra que os povos indígenas incluem 896,9 mil indivíduos e, em 2010, representavam 0,4% da população nacional. Naquele ano, 81% dos municípios brasileiros tinham pelo menos um indígena como morador.

O estudo cita outros relatórios sobre o tema. Um deles é o “Conflitos no Campo”, da Comissão Pastoral da Terra, que calculou uma média de cinco conflitos desse tipo por dia em 2019, o maior número em 10 anos, com um total de 32 assassinatos, sendo as principais vítimas indígenas, sem-terra, assentados e lideranças agrárias.

Já o “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aponta o registro de 256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados —aumento de 135% em relação a 2018. JB

# A cada hora, uma pessoa com deficiência é vítima de violência

RIO DE JANEIRO O Brasil registrou ao menos 7.613 casos de violência contra pessoas com deficiência em 2019, o equivalente a quase um por hora. Os dados são do Atlas da Violência, que foi lançado nesta terça (31), e analisa pela primeira vez notificações desse tipo no sistema de saúde.

O grupo que mais sofre é o que tem deficiência intelectual, com 36,2 ocorrências para cada 10 mil pessoas com essa condição. Depois vem a população com deficiência física (11,4) e, mais abaixo, auditiva (3,6) e visual (1,4), lembrando que pode haver mais de uma ocorrência por vítima.

As agressões também atingem mais fortemente as mulheres, que no geral carregam taxas mais de duas vezes superiores às dos homens, e as crianças ou adolescentes. A maior concentração de casos ocorre dos 10 aos 19 anos, caindo gradativamente com o aumento da idade.

A violência mais notificada é a física (53%), majoritária entre os adultos. Em seguida vem a agressão psicológica (32%) e então a negligência ou abandono (29%),

recorrente entre crianças de até 9 anos e idosos. Já a violência sexual (21%) ocorre principalmente entre meninas, adolescentes e jovens.

“As pessoas com deficiência já enfrentam uma situação pautada por segregação social e preconceito, e a violência tende a reforçar essa vulnerabilidade. É importante haver políticas públicas de cuidado”, diz Helder Ferreira, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e um dos coordenadores do estudo.

Os microdados são do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, e foram analisados também pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ligado ao governo do Espírito Santo.

Os números, portanto, representam uma parte das ocorrências: aquelas que são efetivamente notificadas, dependendo de a vítima procurar ou ser levada a uma unidade de saúde, e de a violência ser identificada e registrada pelos profissionais. Não estão incluídas violências autoprovocadas. JB